
**CAMPANHAS ELEITORAIS MUNICIPAIS, ENTRE O PERMITIDO E O
PROIBIDO: O CASO DO BAIRRO DO TAMBOR (CAMPINA GRANDE- PB/
2004-2008)**

Isabelle Costa Pereira
UFCG
isabellecpereira@gmail.com

INTRODUÇÃO

A História Política esteve presente na historiografia das mais diversas civilizações, no entanto, neste ínterim, ela diferenciou seu enfoque. A História Política Tradicional, em suas escritas para a elite ostentou a narração de fatos legitimamente extraídos de documentos escritos oficiais, destacando a guerra e os heróis da classe dominante, cumprindo o papel de legitimar regimes de poder. Com isso o “outro lado”, identificado como o lado do povo, era silenciosamente caracterizado como o a-político, desorganizado, sem obediência e conhecimento a leis e regras. Essa interpretação foi legitimada tanto pelo senso comum como pelas próprias produções bibliográficas e pesquisas que tiveram a política como objeto de estudo. Thopsom (1998, p. 152) chama atenção que o que levou a esta afirmação foi estas populações, classificadas de diversas maneiras dependendo do contexto histórico (povo, proletariado, periferia, “*motim*”), serem vistas “por cima” pelo historiadores, impedindo perceber as ações populares com objetivos claros, e ainda enfatiza, que a indisciplina é uma construção ideológica que depende da visão de quem escreve.

As primeiras desnaturalizações dessa perspectiva partiram da necessidade de percepção do mundo vivido de todos os agentes históricos que compõem o cenário político, não limitando o território da política ao institucional/administrativo e sim percebendo como os indivíduos comuns, recebiam e partilhavam o mundo da política, este que foi visto por muito tempo como o mundo do outro, ou seja, só diz respeito as instituições e seus representantes. Apesar dos avanços, os antropólogos Palmeira e Goldman (1996) afirmam que a política ainda é comumente pensada limitada a um tempo determinado, caracterizado como “tempo da política”, que é o tempo onde se decidem as facções, período das determinações jurídicas, dos limites impostos aos candidatos, as suas ações e estratégias diante da Campanha eleitoral.

Este artigo foi estruturado de forma a apresentar análises de práticas desenvolvidas nos bastidores da Campanha política Municipal no bairro do Tambor, a partir dos discursos de líderes comunitários/cabos eleitorais e, dos discursos normativos da Justiça Eleitoral sobre as condutas vedadas aos agentes públicos em campanha eleitoral. A delimitação desse espaço e tempo deve-se ao fato da existência neste bairro de três associações cujos presidentes terem sido cabos eleitorais nos anos de 2004 e 2008. Enquanto a delimitação dos anos, por nestes ter acontecido um número considerável de mudanças, alterações e inclusões de novas regras para organização da campanha eleitoral, notando-se o esforço por parte de quem nela está inserida de ora burlar a lei, ora usar da criatividade para reconfigurar velhas práticas.

Na condução do estudo, fizemos uso da abordagem da História Cultural e nos apoiamos nas reflexões que giram em torno dos conceitos de táticas, estratégias, Cultura Política e interação social trabalhados por autores como, Michel de Certeau (1990), Magalhães (1998) e Foote Whyte (2005) para analisarmos a oralidade dos informantes. Na esteira dessa nova forma de abordagem analítica, tomamos a política como integrante da cultura, passível de constantes reelaborações simbólicas, podendo a cultura aqui ser entendida como um *“conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamentos, próprios a vários grupos que compõem a sociedade”* (MAGALHÃES 1998, p. 28). E, as culturas políticas enquanto contribuintes na constituição de visões de mundo compartilhadas, formando o que Soihet, Bicalho e Gouveia (apud CITADINO, 2007, p.53) conceituam de *“um patrimônio indiviso’, composto por vocabulários, símbolos e gestos, por todo um arsenal de ferramentas que possam exprimir valores, idéias e desejos políticos de um dado conjunto social”*.

A partir das fontes levantadas, analisamos o discurso oficial da Justiça eleitoral, a fim de investigar estratégias de imposição, bem como o discurso oral de líderes comunitários de associações do bairro do Tambor que foram cabos eleitorais em campanhas políticas municipais de 2004 e 2008, com o objetivo de detectar as táticas de apropriação dos eleitores e candidato (a)s que compõem esta grande rede.

Acreditamos que a Nova História Política pode ajudar na interpretação sobre o processo de compreensão do cotidiano de sujeitos, que, apesar de por muito tempo esquecidos, também constroem história. Enfim, enfatizamos que, não estamos

preocupados em achar fraudes na política e condená-las, mas sim entender como a população lida com elas e apresentar dentre outras mais uma forma de se fazer política no Brasil.

O LÍDER COMUNITÁRIO É QUEM CONHECE CADA BECO

O surgimento de associação de amigos de bairros remota as primeiras fases do processo de industrialização o Brasil, no entanto, em sua trajetória tais organizações apresentaram variações em termos de sua autonomia e poder de negociação com o Estado. E dentro deste movimento a conjuntura política partidária nos parece ter tido influência significativa. Diniz (1982, p.131) ao analisar os elos das teias de relações que ligam os vários segmentos da população a estrutura político-partidária afirma “*Ao lado de uma linha que preconiza uma postura de independência e que tende a ser predominante, pelo menos entre as associações de bairros, coexistem organizações fortemente integradas ao esquema de poder local*”.

Esta integração é característica, sobretudo em bairros periféricos, como é o caso do bairro do Tambor, possibilitando a manutenção de firmes bases eleitorais. Foote Whyte (2005, p.225) garante que “*se tiver alguma perspectiva de sucesso, o político precisa dispor de um segmento de comunidade já preparado para apoiá-lo antes que comece a campanha (...) tal apoio garantido provê o candidato com uma boa base política*”. Exemplificando este modelo está a Associação de Moradores do bairro do Tambor (fundada em 2000), cuja criação e construção da sede contaram com o apoio de um político com forte expressividade no bairro.

A ligação com os políticos tende a ser visto como condição para realização dos objetivos da entidade. A líder Socorro (Cabo eleitoral 2004 e 2008, Associação do Bairro do Tambor) afirma que “*é importante o apoio do político, porque a associação precisa do político para se beneficiar com o que é combinado antes da Campanha e o político precisa da associação para ganhar mais votos e ficar conhecido. Um exemplo de benefício para o bairro foi a escola de informática e a sede da associação, foi muito bom mesmo*”. Esse mesmo ponto de vista é reforçado pela presidente do Clube de Mães Anita Cabral Tambor (fundado em 1963) no pleito de 2008:

Eu participo do Clube desde sua origem, nos reuníamos no salão da igreja, mas quando não pode mais ficamos sem lugar algum e muitas mulheres desistiram do grupo. A nossa solução foi através de um candidato conseguir organizar a entrega do leite no bairro e com isso associamos todas as mulheres que vinham receber o leite. Com um tempo fizemos assim, começamos a cobrar uma pequena taxa de mensalidade mas explicávamos que não tinha nada haver com o leite, esse dinheiro era a mensalidades para ajudar a manter o Clube de Mães. Mudando o governo perdemos o direito de direcionar a entrega do leite e quase perdemos todas as sócias, pois não tinha mais o leite pra entregar. (Nazaré, cabo eleitoral 2008, Clube de Mães Anita Cabral - Tambor)

Na busca por conseguir ser eleito ou fortalecer laços criados dentro dos bairros, os candidatos executam planejamentos estratégicos através dos contatos contínuos com as lideranças locais representantes de associações. O vínculo com estas pessoas foram realizados nas Campanhas de 2004 e 2008 através de visitas as reuniões mensais junto aos associados, patrocínio de lanches em encontros comemorativos, encontros pessoais somente com os líderes para determinar e afirmar compromisso com os benefícios que serão recebidos pela instituição.

Próximo ao período determinado pela Justiça eleitoral para realizar a Campanha Política Municipal aumenta os contatos de vários candidatos querendo participar das reuniões das associações e realizando visitas nas casas dos moradores. Para os candidatos que não tem proximidade com os moradores dos bairros o líder comunitário é a porta de entrada para conquistar novas adesões.

O líder comunitário transforma-se para os moradores do bairro representante na condição de porta-voz de interesses do grupo, “*caracterizados pela busca de transferência de interesses comunitários “para a esfera da representação”*”. (BARREIRA, 1998:159).

Estabelecidos vínculos sob forma de compromissos mútuos entre candidatos e líderes comunitários com o objetivo de intermediar a relação candidato/eleitor, é dado início ao trabalho de cabo eleitoral entre os moradores. No bairro do Tambor, tanto na campanha de 2004 quanto na campanha de 2008, cada líder que representava uma associação aderiu a um candidato a vereador diferente, sendo todos eles pertencentes ao mesmo grupo político. Os líderes comunitários associados do bairro do Tambor cumpriram o papel de cabo eleitoral, que como afirma a presidente da Associação do Tambor (pleito 2008) é aquele que,

praticamente faz tudo dentro do bairro. A gente é que seleciona as pessoas que realmente a gente quer que quer ter aquele compromisso com o candidato. Certeza cem por cento a gente não tem, mas conhece as que trabalham direitinho. Então nós organizamos estas pessoas para irem pra comícios, são as pessoas que a gente reúne e convida para ir para os eventos promovidos pelo candidato como café da manhã, que acontece muito, e nós temos que convidar todo o bairro. A gente também é quem organiza o pagamento, que sempre tem uma contribuição ao leitor que disponibiliza a trabalhar. E também distribuição de camisa, quem vai para o comício segurar a bandeira, quem vai gritar, tudo isso. Então dentro do bairro, o cabo eleitoral é quem organiza praticamente tudo. (Socorro, Cabo eleitoral 2004 e 2008, Associação do Bairro do Tambor)

O bom desenvolvimento do cabo eleitoral dentro do bairro não dependeu das regras impostas pela Justiça eleitoral para a ocorrência de um bom exercício político e sim do conhecimento da realidade o qual os moradores do bairro estavam inseridos, para que desta forma o cabo eleitoral pudesse ganhar adesão para o seu candidato, já que esta é sua principal função. Na compreensão de Palmeira (2000:7) *“numa situação onde mais do que os partidos pesam as facções, em que o voto não é uma escolha individual, mas um empreendimento familiar de ‘localização social’, as campanhas eleitorais são o pretexto para a redefinição de pertencimentos e a definição de fidelidades”*.

LIMITES ENTRE O PERMITIDO E O PROIBIDO

Durante a realização das campanhas eleitorais municipais estreitaram-se e redefiniram-se os limites entre o lícito e o ilícito; entre a norma e o desvio; entre a ordem e a desordem; entre o ordinário e o extraordinário; entre a fala e o silêncio. Os conceitos de estratégia e tática, tomados de Michel de Certeau (1990, p.99), foram de relevância para a pesquisa em foco, pois a estratégia, na ótica desse autor, refere-se a uma ação que supõe a existência de um lugar próprio, *“como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade”*. Certeau (2007, p.100) também possibilita, a partir dos estudos das estratégias, levar a concentrar um olhar ao que é exterior aos bastidores das Campanhas Políticas. Já a idéia de tática leva à interioridade, visto que, com relação às estratégias, ele define táticas como

[...] a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha.

A distinção entre os dois conceitos reside principalmente no tipo de operação que se pode efetuar. Enquanto as estratégias são capazes de produzir e impor, as táticas só permitem utilizar, manipular e alterar algo, que no nosso estudo trata-se da legislação imposta pela Justiça eleitoral no ano de 2008 em Campina Grande -PB.

A partir desse referencial, foi possível constatar que dentre as atividades desenvolvidas pelos cabos eleitorais está aquelas que são consideradas ilícitas pela Justiça eleitoral, fazendo-se necessário o cabo eleitoral formular táticas para praticá-las sem que sejam surpreendidos. São elas: pagamento pela atividade desenvolvida, distribuição de cestas básicas ou qualquer outro bem material ou simbólico, boca de urna e pagamento pelo voto.

As atividades do cabo eleitoral foram desenvolvidas de forma organizada e com bastante cautela pelos líderes entrevistados. Eles demonstraram quão árduos é mapear o bairro para realizar visitas de casa em casa, com o objetivo de apresentar o candidato aos conhecidos e que são associados a sua entidade, como também aos moradores do bairro que não estão vinculados a nenhuma entidade:

Difícil mesmo é quando entramos numa casa de alguém que não entende o que é trabalho comunitário, que não valoriza a associação, fica logo dizendo que a gente ganha dinheiro por aquilo e que esses candidatos não aparecem em tempo nenhum, depois chega a gente pedindo voto pra eles. Nossa! Já saímos dali triste, mas tem que levantar a cabeça e continuar a tarefa para no final do dia se sentir realizada. (Socorro, Cabo eleitoral 2004 e 2008, Associação do Bairro do Tambor)

Através dessa visita é tomado conhecimento de quem já teve experiências em trabalhar com campanhas passadas ou que tem “muitos conhecidos” e é feito o convite para ser coordenador de grupo de boca de urna, atividade proibida pela Lei nº 9.504/97, art.39, s 5ºII. Vejamos através da fala da Presidente do Clube de Mães qual o papel deste na Campanha Política:

O coordenador de boca de urna forma um grupo de quinze a vinte pessoas cadastra em um caderno discreto, para não chamar atenção, nome, endereço e título para ter certeza que vota aqui na cidade e que é eleitor, né. Aí, realiza reunião em sua residência ou em um lugar mais tranquilo. Lá na reunião ele explica a proposta do candidato, ai vem outro assessor do candidato, às vezes, em pelo menos uma dessas reuniões o próprio candidato vai também, se não fica difícil o povo acreditar que ele vai fazer algo pelo bairro. No dia

da eleição é o último encontro. Cada grupo tem aquele local em que ele vão antes de votar para assinar uma lista e receber orientação para pedir o voto para o candidato, aí no final do dia todos recebem uma gratificação, o coordenador mais um pouquinho que os “boca de urna”. (Nazaré, cabo eleitoral 2008, Clube de Mães Anita Cabral - Tambor)

Whyte (2005: 226) afirma que os políticos podem evitar esta intermediação dos líderes comunitários com os eleitores, tentando um contato pessoal e garantindo vínculos mais seguros, no entanto, com a demanda de eleitores, números de votos exigidos na legenda e as atividades que são desenvolvidas são quase impossíveis conciliar todas as tarefas. A associada ao Clube de mães do Tambor, também nos relatou que tais atividades dependem de um alto grau de confiança, pois não tem como garantir que quem desenvolveu estes trabalhos realmente votou no candidato. Ele conta que passou por uma situação constrangedora nesta campanha de 2008 com uma coordenadora de boca de urna:

Quando já estava tudo certo, turma formada soube que ela tinha dado a um assessor de outro candidato a mesma lista, pensando em pagar ao pessoal com o dinheiro de um candidato e ficar com o dinheiro de outro. Então o que fiz: comecei a insistir que queria participar da reunião também, e ela sempre dando desculpas e dizendo de sabia fazer, podia deixar com ela. Então no dia da eleição, na hora de ir deixar o dinheiro, eu liguei e disse que o candidato exigiu que pagasse pessoalmente a cada pessoa. Ai ela fez um drama, começou a chorar dizendo que eu não confiava nela, e que a mãe dela ia ficar muito decepcionada, porque a mãe dela era muito minha amiga e já tinha sido presidente do Clube de Mães. Então ela disse que não queria mais o dinheiro, que ia tirar o dinheiro no banco para pagar as bocas de urnas, mas não juntava a turma de jeito nenhum. Por essas e por outras prefiro pessoas próximas a mim, que eu confio.

Optar por pessoas próximas, como família e amigos, garantem tanto ao candidato como ao líder comunitário, maior segurança para alcançar os objetivos. Sendo assim, percebe-se que as práticas políticas no Tambor estão permeadas por várias redes de interações que atravessam relações familiares, relações de amizades, relações de reciprocidades, bem como, relações financeiras.

Uma das medidas tomada para que se pudesse anular a cooptação de votos através da troca objetos pode ser visualizada na promulgação da resolução N°22.718, sobre as propagandas eleitorais e as condutas vedadas aos agentes públicos na campanha eleitoral de 2008, que ordenava a proibição de distribuição por comitê, candidato, ou com sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, brindes, cestas

básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possa proporcionar vantagem ao eleitor. Nessa legislação é possível visualizar, também, a intenção de bloquear a troca de favores existentes em bairros periféricos em época de campanha.

No entanto, nos depoimentos os cabos eleitorais relatam que com a proibição de distribuição de materiais personalizados, utilizando foto e número do candidato, se fez muito forte a utilização da cor do grupo político o qual pertence, pois esta prática não era proibida. É interessante perceber que tal atitude e distribuição de materiais simbolizados pela cor do candidato como: camisetas, bonés, bandeiras, faixas nas casas; foram iniciativas dos partidos, no entanto, a própria comunidade começou a se organizar durante a campanha e confeccionar seus próprios adereços e distribuir entre os amigos.

Aí as vezes as pessoas vinham aqui em casa em busca de material e eu não tinha mais, quando vi tava as casas com umas bandeiras de TNT que não tinham sido distribuídas pelo partido, eram as costureiras da rua lá de cima que fizeram e depois tavam todos fazendo. (Nazaré, cabo eleitoral 2008, Clube de Mães Anita Cabral - Tambor)

Ainda nos foi relatado como prática do cabo eleitoral, formar equipes para desenvolver algumas atividades quando fossem necessárias, como: panfletagem, bandeirantes, Pit Stop, caminhadas, comícios, passeatas e o que chamaremos de “encontros de comensalidades”, que inclui feijoada para time de futebol, café da manhã para sócio da associação, lanche para aniversariantes, entre outros. Melhor compreenderemos este encontro com o relato de Nazaré:

Nesse café da manha uma equipe do político já trás tudo pronto, então a gente sede o espaço, convida a comunidade, chama alguém pra animar ou tocar violão, eles participam e vão ouvir ali o candidato e sua proposta, acontecendo assim um melhor contato pra eles. E o café da manha tornou esse privilégio tudo por conta que chama mais atenção das pessoas, porque se torna uma festa mesmo, eles vão juntos com amigos e ali encontra os conhecidos e o lanche também né, que eles vão curiosos pra saberem o que é.

O Código Eleitoral de Lei nº 9.504/97, art. 39, §7, proíbe a realização de eventos que promovam o candidato, bem como a apresentação remunerada ou não de artistas com a finalidade de animar reunião eleitoral. Sendo assim, os políticos usam das associações para inibir suas participações nestes eventos, pois toda a organização é feita pelos líderes comunitários, mas, com o objetivo de promover o seu candidato.

Kuschnir (2007) ao empreender um estudo sobre os rituais de comensalidades em campanha políticas define estes eventos como “*celebrações que encenam simbolicamente a eleição do político*”. Nestes encontros é indispensável o consumo de bebidas e comidas por parte dos eleitores e candidatos. E enfatiza,

Os atos de comer e beber pode significar muitas coisas, inclusive uma declaração de voto. Isso difere, por exemplo, das eventuais doações de alimentos por parte de políticos, pois não há nestas o sentido de “comer junto”, compartilhando um mesmo espaço e tempo de convívio. (KUSCHNER, 2007:40)

No entanto, estas práticas se fazem presente no ano de 2008 nos bastidores da campanha eleitoral no bairro do Tambor, pois aparecem registros nos discursos de líderes comunitários que tornaram cabos eleitorais no período em destaque, apontando que faziam parte das práticas cotidianas que permeavam o universo político campinense.

Esta prática segundo Palmeira (2000) era considerada oportuna tendo em vista a sua rapidez em alcançar resultados e principalmente a possibilidade de seu baixo custo financeiro, já que os eleitores optavam em sua maioria por benefícios individuais do que coletivos. Além disso, apesar de não ter a certeza de adesão dos eleitores beneficiados sabem que estão entre os candidatos opcionais, pois “que convicção maior do que o imperativo moral internalizado de dar seu voto, e, votando, ser fiel e retribuir a quem o ajuda?” (PALMEIRA, 2000:11). Para a realização de tais práticas eram necessários as atividades e conhecimento local do líder comunitário para que as atividades pudessem ser realizadas sem o conhecimento da Justiça eleitoral.

As reivindicações são feitas aos líderes comunitários, este seleciona as prioridades e em reunião passa para o político ou então, por muitas vezes passa primeiro por um assessor responsável. O líder afirma que quase nunca é “dinheiro vivo” que a população pede, geralmente são pagamento de contas, ajuda de material de construção, exames médicos e principalmente a intermediação do político com as secretarias municipais ou judiciário para resolver problemas institucionais, como pensão, aposentadoria, apressar prestação de serviço, diminuir IPTU, entre outros. Bem como, em todas as etapas existem pessoas trabalhando voluntariamente por fidelidade a um benefício já recebido. Por isso Foote Whyte (2005) nos alerta para não superestimar a

eficácia das relações econômicas no jogo político, pois o dinheiro por si só não é capaz de criar laços e obrigações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Campanha eleitoral municipal do bairro do Tambor, encontramos indícios de que tais práticas prescritas na lei maior da instrução para a campanha política eram seguidas em parte, tendo em vista que foi constante no discurso dos líderes comunitários a dificuldade de na Campanha eleitoral municipal excluir o vínculo de sua entidade com a política ou não desenvolver as atividades de acordo com a realidade do bairro, dando evidência assim de que os líderes comunitários ficavam obrigados a fazer política adaptando as práticas às condições materiais que lhes eram dadas no bairro do Tambor. Constatamos, então, que as práticas desenvolvidas nos bastidores da Campanha Eleitoral Municipal de 2008 no bairro do Tambor, apesar da prescrição das leis da Justiça eleitoral para o referido ano, não se desvinculou em sua totalidade das práticas políticas rotineiras desenvolvidas antes da Lei.

Dessa forma, foi possível mostrar o distanciamento entre o prescrito e o praticado, o que evidencia que práticas políticas, e especialmente em nosso estudo no que tange as práticas desenvolvidas por líderes comunitários cooptados para desenvolver a atividade de cabo eleitoral, não podem ser vistos como práticas irracionais e indisciplinadas que funcionam como dispositivo de conformação de práticas políticas ilícitas, pois dependem do modo como estas práticas são apropriadas pelos agentes responsáveis pelo processo político e as interações sociais que compõem esta rede. As fontes orais demonstraram, então, que nas mudanças de institucionalização da legislação política fazer política requereu dos líderes comunitários e candidatos, táticas de apropriação de práticas que, por sua vez, refletem como as estratégias de imposição não foram suficientes para homogeneizar as formas de fazer política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. 13ed, Petrópolis: Vozes, 2007.

CITTADINO, Monique. **Poder Local, Memória e Cultura Política: Possibilidades de análise a partir da figura do Governador João Agripino (Paraíba – 1966-1971)**. João Pessoa: Revista SECULUM, vol. 16, jan/jun, 2007.

DINIZ, Eli. **Voto e Maquina Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FERREIRA, Marieta de morais. **A Nova “Velha História”: O retorno da História Política**. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, vol. 5, n. 10, 1992.

HEREDIA, Beatriz, TEIXEIRA, Carla & BARREIRA, Irllys (org.) **Como se fazem Eleições no Brasil – estudos antropológicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, s/d.

KUSCHNER, Karina. **O Cotidiano da Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

LANNA, Marcos P. D., **A Dívida Divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PALMEIRA, Moacir. **Eleição Municipal, Política e Cidadania**. Tempo e Presença. n° 311. Maio/junho de 2000.

PALMEIRA, Moacir & GOLDMAN, Marcio (org.) **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

SEGA, Rafael. **História e Política**. Curitiba: Editora UFPR n. 37, p. 183-195, 2002. (História: Questões & Debates.).

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de Esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.